

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

MUNICÍPIO DE TAPEJARA - RS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

HORÁRIO: 08 horas e 30 minutos

DATA: 22 DE JULHO DE 2026

LOCAL: Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto/Fechado

Orçamento Sigiloso

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A
REGULARIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO TÉCNICA E OBTENÇÃO DE
OUTORGA JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DE 05
(CINCO) POÇOS ARTESIANOS LOCALIZADOS NO INTERIOR
DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS**

EVANIR WOLFF, Prefeito Municipal de Tapejara, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 5205 de 12 de junho de 2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **22 DE JULHO DE 2026**, às **08 HORAS E 30 MINUTOS**, podendo as propostas ser enviadas até às **08 horas e 29 minutos**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

O orçamento da Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances. A justificativa para um orçamento sigiloso se baseia em obter propostas mais vantajosas e evitar fraudes, ao impedir que os licitantes usem o valor estimado como referência para suas ofertas. Desta forma as empresas a precificam seus produtos ou serviços com base

em seus próprios custos e na realidade do mercado, promovendo uma competição mais genuína e evitando propostas infladas ou superfaturadas.

1. DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REGULARIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO TÉCNICA E OBTENÇÃO DE OUTORGA JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DE 05 (CINCO) POÇOS ARTESIANOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS**, conforme memoriais descritivos anexos ao edital, conforme descrição a seguir:

Item	Descrição	Un	Qtd
1	Serviços no poço tubular profundo na Linha Dalzoto - Verificação de profundidade de poço e sistema de bombeamento instalado - Readequação de revestimento (mínimo 30 cm acima da laje de proteção) - Cercado de Proteção Padrão Outorga (1,5 x 1,5 x 1,3 m) - Hidrômetro Máxima 10 M³/H Nominal 5 M³/H - Hidrômetro Máxima 20 M³/H Nominal 10 M³/H - 60 METROS DE Tubo de Monitoramento PVC 20 mm (1/2") com CAP - até profundidade da bomba - Teste de Vazão sem Gerador - Medição dos Níveis (Padrão DRH) 24 horas - Análise Química / Micro Completa - Padrão DRH (OUTORGA) - Laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,15 m) - Dosador de Cloro REFORÇADO mecânico/pastilhas - Mão de Obra e Deslocamento para Execução dos Serviços - Serviços Geológicos para encaminhamento de outorga - Memorial de cálculos, elaboração de perfil geológico/construtivo, projeto operacional e outros documentos pertinentes a solicitação de Outorga frente ao DRHS/SEMA, acompanhado de ART - Tamponamento - Projeto e execução (se necessário)	SRV	1
2	Serviços no poço tubular profundo na Linha Girardi - Verificação de profundidade de poço e sistema de bombeamento instalado - Readequação de revestimento (mínimo 30 cm acima da laje de proteção) - Cercado de Proteção Padrão Outorga (1,5 x 1,5 x 1,3 m) - Hidrômetro Máxima 10 M³/H Nominal 5 M³/H - Hidrômetro Máxima 20 M³/H Nominal 10 M³/H - 42 METROS DE Tubo de Monitoramento PVC 20 mm (1/2") com CAP - até profundidade da bomba - Teste de Vazão sem Gerador - Medição dos Níveis (Padrão DRH) 24 horas - Análise Química / Micro Completa - Padrão DRH (OUTORGA) - Laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,15 m) - Dosador de Cloro REFORÇADO mecânico/pastilhas - Mão de Obra e Deslocamento para Execução dos Serviços - Serviços Geológicos para encaminhamento de outorga - Memorial de cálculos, elaboração de perfil geológico/construtivo, projeto operacional e outros documentos pertinentes a solicitação de Outorga frente ao DRHS/SEMA, acompanhado de ART - Tamponamento - Projeto e execução (se necessário)	SRV	1
3	Serviços no poço tubular profundo na Linha Marcolin	SRV	1

	- Verificação de profundidade de poço e sistema de bombeamento instalado - Readequação de revestimento (mínimo 30 cm acima da laje de proteção) - Cercado de Proteção Padrão Outorga (1,5 x 1,5 x 1,3 m) - Hidrômetro Máxima 10 M³/H Nominal 5 M³/H - Hidrômetro Máxima 20 M³/H Nominal 10 M³/H - 42 METROS DE Tubo de Monitoramento PVC 20 mm (1/2") com CAP - até profundidade da bomba - Teste de Vazão sem Gerador - Medição dos Níveis (Padrão DRH) 24 horas - Análise Química / Micro Completa - Padrão DRH (OUTORGA) - Laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,15 m) Dosador de Cloro REFORÇADO mecânico/pastilhas - Mão de Obra e Deslocamento para Execução dos Serviços - Serviços Geológicos para encaminhamento de outorga - Memorial de cálculos, elaboração de perfil geológico/construtivo, projeto operacional e outros documentos pertinentes a solicitação de Outorga frente ao DRHS/SEMA, acompanhado de ART - Tamponamento - Projeto e execução (se necessário)		
4	Serviços no poço tubular profundo na Santa Rita - Verificação de profundidade de poço e sistema de bombeamento instalado - Readequação de revestimento (mínimo 30 cm acima da laje de proteção) - Cercado de Proteção Padrão Outorga (1,5 x 1,5 x 1,3 m) - Hidrômetro Máxima 10 M³/H Nominal 5 M³/H - Hidrômetro Máxima 20 M³/H Nominal 10 M³/H - 42 METROS DE Tubo de Monitoramento PVC 20 mm (1/2") com CAP - até profundidade da bomba - Teste de Vazão sem Gerador - Medição dos Níveis (Padrão DRH) 24 horas - Análise Química / Micro Completa - Padrão DRH (OUTORGA) - Laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,15 m) - Dosador de Cloro REFORÇADO mecânico/pastilhas - Mão de Obra e Deslocamento para Execução dos Serviços - Serviços Geológicos para encaminhamento de outorga - Memorial de cálculos, elaboração de perfil geológico/construtivo, projeto operacional e outros documentos pertinentes à solicitação de Outorga frente ao DRHS/SEMA, acompanhado de ART - Tamponamento - Projeto e execução (se necessário)	SRV	1
5	Serviços no poço tubular profundo na São Brás - Zanatta - Verificação de profundidade de poço e sistema de bombeamento instalado - Readequação de revestimento (mínimo 30 cm acima da laje de proteção) - Cercado de Proteção Padrão Outorga (1,5 x 1,5 x 1,3 m) - Hidrômetro Máxima 10 M³/H Nominal 5 M³/H - Hidrômetro Máxima 20 M³/H Nominal 10 M³/H - 42 METROS DE Tubo de Monitoramento PVC 20 mm (1/2") com CAP - até profundidade da bomba - Teste de Vazão sem Gerador - Medição dos Níveis (Padrão DRH) 24 horas - Análise Química / Micro Completa - Padrão DRH (OUTORGA) - Laje de proteção (1,0 x 1,0 x 0,15 m) - Dosador de Cloro REFORÇADO mecânico/pastilhas - Mão de Obra e Deslocamento para Execução dos Serviços - Serviços Geológicos para encaminhamento de outorga - Memorial de cálculos, elaboração de perfil geológico/construtivo, projeto operacional e outros documentos pertinentes a solicitação de Outorga frente ao DRHS/SEMA, acompanhado de ART - Tamponamento - Projeto e execução (se necessário)	SRV	1

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, com a descrição do objeto ofertado e o preço, valor em algarismo e por extenso, unitários e totais de itens até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que: está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.15. O(s) licitante(s) que ofertou(aram) o menor preço deverá(ao) enviar, via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas, no prazo a ser definido pela pregoeira, que será de no **máximo 02 (duas) horas**, contado da data da convocação, os seguintes documentos:

a) Proposta de preço final.

b) Documentos de habilitação, conforme solicitado no item 5 deste edital.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo mínimo de validade da proposta será de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo I – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou

logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, **EM ANEXO ÚNICO**, observando o procedimento disposto no item 3.15 deste Edital:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica** (CNPJ/MF);
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) **Declaração conjunta da empresa:**
 - e.1) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - e.2) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - e.3) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
 - e.4) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - e.5) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - e.6) Declaração de inexistência de Servidor Público ou Agente Político no quadro funcional da Empresa.

OBSERVAÇÃO: A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- b) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- f) Comprovante de **inscrição no cadastro de contribuintes** estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) **Certidão da Controladoria-Geral da União** dos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, comprovando não constar registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, disponível no site <https://certidoes.cgu.gov.br/>.

5.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento;

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certidão de **registro no CREA/CAU** (empresa e responsável técnico), com indicação do objeto social compatível com a presente licitação contendo, obrigatoriamente, o registro dos responsáveis técnicos junto ao órgão;
- b) **Atestado e/ou declaração de Capacidade Técnica** em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante em desempenhar as atividades pertinentes e compatíveis com o objeto licitado.

b.1) O atestado e/ou declaração deverá ser comprovado através de Certidão de Acervo Técnico, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU.

c) Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução dos serviços. O mesmo não poderá ser substituído sem expressa autorização do Contratante. É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente.

d) Atestado de Visita Técnica, emitido pelo setor de engenharia do Município de Tapejara/RS, em nome da empresa licitante que comprove ter, a mesma, pleno conhecimento do local e condições de execução da obra e serviços. **A visita técnica deverá ser agendada com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente através do Telefone 54 3344-4700**, mediante prévio agendamento, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min **ou Declaração do Responsável Técnico** legalmente habilitado, de que tem plena ciência das condições e peculiaridades da obra/serviço e que aceita como válida a situação em que se encontra o local para execução do objeto do contrato.

OBS: Será aceita apenas a declaração constante no item acima, para comprovação de aceitação do local, dispensando-se a visita técnica (item 5.4, subitem 'd') caso em que a empresa assume inteira responsabilidade pelo desconhecimento de eventuais particularidades da área, não cabendo qualquer reclamação posterior.

e) Comprovação do vínculo empregatício entre o responsável técnico e a proponente, mediante registro em Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços devidamente autenticado. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, a pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, **duas casas decimais após a vírgula**, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais;
- c)** contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

8.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.6.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.6.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9. MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa **aberto/fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos, improrrogáveis.

9.3. Encerrado o prazo do item 9.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.4. Encerrada a recepção dos lances, com o decurso do prazo do item 9.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 9.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 9.4 e 9.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de acordo com a melhor vantagem.

9.7. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 9.4 e 9.5, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 9.6.

9.8. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a pregoeira poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 9.7.

9.9. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que trata o item 3.5 deste Edital;

10.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.4. O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2. Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.15 deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1. a 5.6., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pela pregoeira e equipe de apoio, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.4 e 3.5 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração e com a anuência da contratada.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 dias da data de conclusão dos serviços contratados, via transferência bancária ou pix, os dados bancários devem constar na observações da nota fiscal.

17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

17.4. Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

18.1. Verificada a desconformidade do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de até 10 (dez) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.2. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Meio Ambiente indica o servidor para atuar como:

- **Fiscal do Contrato:** Volnei Francisco Pelizzer – CPF n.º: 031.953.670-09;

18.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18.4. O recebimento da mercadoria, objeto desta licitação, será feito pelo fiscal do Contrato, que será designado posteriormente, que fará o recebimento nos termos do art. 140, inc. II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, no ato da entrega do objeto, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado na licitação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade, características e quantidades do objeto e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

18.5. Todas as despesas relacionadas com a entrega do objeto correrão por conta da proponente vencedora, despesas estas previstas e/ou computadas na proposta.

18.6. Prazo de Entrega: O prazo para execução da obra é de até 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se a execução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de início, sendo que o referido contrato terá Vigência de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado conforme estabelecido no instrumento contratual.

18.7. Retenção na fonte do INSS (contribuição previdenciária) e ISS (Imposto Sobre Serviços), incidentes sobre a obra.

18.8. Nas obras e serviços de construção civil, a base de cálculo do Imposto sobre o Serviço – ISS será o valor total da contratação, sem dedução dos materiais, exceto aqueles produzidos pela própria empresa fora do local de obra, desde que haja emissão de nota fiscal de venda da produção, com incidência de ICMS.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

19.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6. A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7. Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 19.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de

impugnações poderão ser enviados a pregoeira, **até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública**, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

21.1. As despesas referentes ao objeto serão empenhadas na seguinte dotação orçamentária:

29861.149.05.03.17.511.0106.2032.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

22. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

22.1 Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 136 da Lei n.º 14.133/21 será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.

22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara – RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

22.5. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

Anexo I – Modelo de Proposta Financeira;

Anexo II – Minuta de Contrato;

Anexo III – Modelo de Declaração Conjunta;

Anexo IV – Termo de Referência Linha Dalzotto

Anexo V – Termo de Referência Linha Girardi

Anexo VI – Termo de Referência Linha Marcolin

Anexo VII – Termo de Referência Santa Rita

Anexo VIII – Termo de Referência São Brás

Tapejara/RS, 03 de julho de 2026.

Evanir Wolff
Prefeito Municipal de Tapejara

Responsável pela Elaboração do Edital:

Lelio Fritsch Filho
Agente Administrativo

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Empresa _____

Endereço _____

CNPJ/MF/Nº _____

E-mail: _____ Telefone: _____

Data da abertura: **22/07/2026**

Horário: **08h e 30min**

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade **Pregão Eletrônico Nº 48/2026**, apresentando a seguinte proposta financeira, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REGULARIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO TÉCNICA E OBTENÇÃO DE OUTORGA JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DE 05 (CINCO) POÇOS ARTESIANOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS**, com as seguintes especificações:

ITEM	QUAN T	UN	DESCRIÇÃO DO BEM	MARCA/MODELO	VALOR UN R\$	VALOR TOTAL R\$
XX	XX	XX				

Observação 1: Validade da Proposta: 60 dias

Assinatura e Carimbo da Proponente

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente termo de contrato, de um lado o Município de Tapejara, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 87.615.449/0001-42, com sede na Rua do Comércio, nº 1468, neste ato representado por seu Secretário Municipal da Administração e Planejamento, designado pelo decreto nº 5.096 de 19 de setembro de 2022, a Sra., portadora da Carteira de Identidade nº, CPF nº, residente e domiciliada na, Bairro, nesta cidade,, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a xxxxxxxxxxxx., inscrita no CNPJ nº xxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxx, nº xxxxxx, xxxxxxxx, bairro xxxxxxxx, nesta cidade de Tapejara/RS, neste ato representada pelo Sr. xxxxx, xxxx, xxxx, xxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxx, nº xxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, doravante denominada CONTRATADA, com base na licitação modalidade Pregão Eletrônico Nº 48/2026, na Lei nº 14.133/21, assim como em conformidade com as condições do edital referido, e termos da proposta, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula 1º - DO OBJETO:

Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REGULARIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO TÉCNICA E OBTENÇÃO DE OUTORGA JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DE 05 (CINCO) POÇOS ARTESIANOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS**, conforme projetos e descritivos anexos ao edital, conforme descrição a seguir:

Item	Descrição	Un	Qtd	Vlr Uni	Total
XX	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX	XX	XXXXX	XXXXX

Cláusula 2.ª - DO REGIME JURÍDICO:

O regime jurídico do presente contrato é o da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e todas as suas alterações vigentes.

Cláusula 3.ª - DO PRAZO, LOCAL DA INSTALAÇÃO E DO FISCAL DO CONTRATO:

A vigência será de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

A contratada deverá seguir rigorosamente os critérios técnicos para a regularização de poços artesianos no interior do Município, localizados em São Brás, Santa Rita, Linhas

Dalzoto, Girardi e Marcolin elencados nos Termos de Referência anexados ao processo.

§ 1º Fica designado por parte da CONTRATANTE para atuar na fiscalização dos aspectos legais, trabalhistas, previdenciários e dos serviços os seguinte servidores:

- a) Fiscal do Contrato – **Volnei Francisco Pelizzer**, CPF nº 031.953.670-09;

Cláusula 4.^a – DO PREÇO:

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REGULARIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO TÉCNICA E OBTENÇÃO DE OUTORGA JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES DE 05 (CINCO) POÇOS ARTESIANOS LOCALIZADOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS** de que trata o presente contrato, a importância de R\$.....

Cláusula 5.^a – DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após vistoria do serviço executado pelo responsável técnico da CONTRATANTE.

§ 1º O prazo para execução do serviço é de até **120 (cento e vinte) dias, iniciando-se a execução no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da emissão da ordem de compra, no endereço constante na ordem de serviço correspondente.**

§ 2º Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA.

Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto ao Setor de Empenhos da Secretaria Municipal de Finanças do Município, localizada na Rua do Comércio Nº 1468, Centro, a nota fiscal e/ou fatura correspondente à mercadoria entregue ou serviço prestado de acordo com a respectiva autorização de compra, devendo ser emitida em nome do Município de Tapejara e contendo o número do Edital de Pregão Eletrônico nº 48/2026.

Cláusula 6.^a – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E DO REAJUSTE:

Os valores do presente contrato, não pagos na data aprazada deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo índice IPCA, calculado prórata mês.

Cláusula 7.^a – DO RECURSO FINANCEIRO:

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

29861.149.05.03.17.511.0106.2032.3.3.90.39.00.00.00.00.500.0.1 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS, DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES:

1 - Dos direitos

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2 - Das obrigações

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A licitante vencedora ficará obrigada a fornecer os serviços, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na autorização.
- b) A licitante deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.
- c) A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais ou comerciais.

3 - Das Sanções:

Pelo inadimplemento das obrigações, conforme a infração, a contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) Executar o contrato com pequenas irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- c) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 07 (sete) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

d) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 5% sobre o valor atualizado do contrato;

e) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

CLAÚSULA NONA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses do art. 137, da Lei nº 14.133/21;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão de que trata a alínea 'a' desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

- a) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- b) retenção dos créditos do contrato, se existentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 155, da Lei nº 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao edital de Pregão Eletrônico nº 48/2026, à proposta do vencedor e à Lei Federal Nº 14.133/21.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OMISSÕES

Este contrato rege-se pela Lei Federal Nº 14.133/21, inclusive em suas omissões.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA- VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Administração e com a anuência da

contratada, por até o limite decenal conforme art.107, da Lei 14.133/21, mediante termo aditivo.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DO REAJUSTE

Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 136 da Lei n.º 14.133/21 da Lei nº 14.133/21 será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Tapejara para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 03 vias de igual teor e forma.

Tapejara, ____/____/____

.....
Secretária Municipal da

Empresa:

Volnei Francisco Pelizzer
Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

DECLARAÇÃO Ref. Ao Pregão Eletrônico N° 48/2026

O licitante [razão social do licitante], inscrito no CNPJ sob o [número], sediado na [nome da rua, número, bairro, cidade/estado], telefone [número], e-mail [e-mail], através do(a) representante legal, Sr(a). [nome completo], portador da cédula de identidade RG [número], inscrito no CPF sob o [número], residente e domiciliado na [nome da rua, número, bairro, cidade/estado], DECLARA, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que:

- 1) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 2) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 4) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6) Declaração de inexistência de Servidor Público ou Agente Político no quadro funcional da Empresa.

[cidade/estado], [data] de [mês] de [ano].

Assinatura do Responsável
CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA

REGULARIZAÇÃO OUTORGA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Tapejara-RS

LINHA DALZOTTO

Elaborado pelo Eng. De Minas – Carlos Eduardo Ritter Deitos
CREA RS 194011

Tapejara-RS, FEVEREIRO de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência define os critérios técnicos para a regularização de um (01) poço tubular profundo existente na Localidade de Linha Dalzoto, zona rural do município de Tapejara/RS, a fim de atender uma demanda de 12 famílias/residências, sendo que as atividades a serem realizadas devem seguir o que estabelece a NBR 12.212:1992 – Projeto de poço para captação de água subterrânea, além de atender as atuais exigências do DRHS/SEMA – Manual do Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul – SIOUT RS, no qual estão especificadas orientações sobre a regularização de poços tubulares.

O poço já se encontra perfurado e possui as seguintes características disponíveis:

Localidade	Linha Dalzoto
Referência	Silvestre Belegante
Coordenada	28° 3'8.37"S, 51°59'35.78"O
Profundidade e diâmetro	84 m (em 6") – estima-se bomba instalada em 60 m
Revestimento	18 m – 6" (Galvanizado)
Cadastro SIOUT	2024/002.898-1

CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

- Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativo a materiais, segurança, proteção, instalação do canteiro de obras e demais aspectos das construções.
- Os canteiros das obras deverão estar bem nivelados, planejados com a localização de materiais, áreas de serviços e acessos. Antes do início da execução dos serviços, todo o terreno deverá ser limpo, capinado, isento de entulho e de quaisquer outros materiais que impeçam o desenvolvimento dos mesmos.
- As ligações provisórias de água e luz, durante o tempo de permanência dos trabalhos, que se fizerem necessárias, existindo estes serviços nestes locais, deverão obedecer às normas de utilização pertinentes às concessionárias. Os contatos com as concessionárias locais, serão mantidos pelos executores da obra.
- Todas as taxas e emolumentos relativos aos serviços a serem executados serão de responsabilidade dos executores da obra.
- A obra será entregue totalmente limpa e, com a remoção do entulho proveniente da mesma, com bota fora e aterrado em local previamente determinado.
- Os executores da obra têm o dever e a responsabilidade de estabelecer as orientações e os procedimentos operacionais concernentes às atividades de segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e a proteção ao meio ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, comunidades, equipamentos, instalações e cumprir com a regulamentação ambiental em vigor. Para tanto, não deverá haver lançamentos de substâncias sólidas, semi-sólidas, líquidas, gasosas ou efluentes, sem a prévia análise de suas conseqüências referente aos impactos ao meio ambiente.
- Recomendações, instruções e especificações de fabricante de materiais e de especificações em sua aplicação.

ADEQUAÇÕES NECESSÁRIA PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA:

1. Verificar profundidade do poço e verificar sistema de bombeamento instalado (modelo/potência/profundidade) e tubulação edutora (material/diâmetro);
2. Revestimento deve ficar no mínimo 30 cm (0,3 m) acima da laje/solo. Readequar caso o mesmo esteja abaixo dessa altura;
3. Instalar tubo auxiliar medidor de nível (tubulação de ½” de pvc), instalada na boca do poço até a profundidade da bomba (tem função de medir nível da água do poço);
4. Realizar teste de bombeamento/vazão (padrão DRHS – 24 horas), com registro fotográfico.
5. Instalação de hidrômetro compatível com bomba instalada (estima-se equipamento com Qn 10 m³/h);
6. Verificar situação do Cercado de proteção – dimensões recomendadas mínimas de 1,5 x 1,5 x 1,30 m.
7. Análise completa água* Padrão Outorga/SEMA-DRH.
8. Instalação de dosador de cloro compatível;
9. Elaboração de memorial de projeto/cálculos, perfil geológico/construtivo, além de outras informações pertinentes a solicitação da regularização/outorga, através da plataforma SIOUT-DRH/SEMA – para tal, deverá ser contratado profissional/empresa habilitada (eng. de minas/geólogo).

Tais adequações foram definidas conforme situação atual do poço (janeiro 2024).

REGULARIZAÇÃO OUTORGA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Tapejara-RS

LINHA GIRARDI

Elaborado pelo Eng. De Minas – Carlos Eduardo Ritter Deitos
CREA RS 194011

Tapejara-RS, FEVEREIRO de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência define os critérios técnicos para a regularização de um (01) poço tubular profundo existente na Localidade de Girardi, zona rural do município de Tapejara/RS, a fim de atender uma demanda de 38 famílias/residências, sendo que as atividades a serem realizadas devem seguir o que estabelece a NBR 12.212:1992 – Projeto de poço para captação de água subterrânea, além de atender as atuais exigências do DRHS/SEMA – Manual do Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul – SIOUT RS, no qual estão especificadas orientações sobre a regularização de poços tubulares.

O poço já se encontra perfurado e possui as seguintes características disponíveis:

Localidade	Linha Girardi
Referência	Ari Gajardo ou Ivo Calegari
Coordenada	28° 5'4.29"S, 51°59'26.16"O
Profundidade e diâmetro	96 m (em 6") – estima-se bomba instalada em 42 m
Revestimento	24 m – 6" (Galvanizado)
Cadastro SIOUT	2024/002.434-1

CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

- Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativo a materiais, segurança, proteção, instalação do canteiro de obras e demais aspectos das construções.
- Os canteiros das obras deverão estar bem nivelados, planejados com a localização de materiais, áreas de serviços e acessos. Antes do início da execução dos serviços, todo o terreno deverá ser limpo, capinado, isento de entulho e de quaisquer outros materiais que impeçam o desenvolvimento dos mesmos.
- As ligações provisórias de água e luz, durante o tempo de permanência dos trabalhos, que se fizerem necessárias, existindo estes serviços nestes locais, deverão obedecer às normas de utilização pertinentes às concessionárias. Os contatos com as concessionárias locais, serão mantidos pelos executores da obra.
- Todas as taxas e emolumentos relativos aos serviços a serem executados serão de responsabilidade dos executores da obra.
- A obra será entregue totalmente limpa e, com a remoção do entulho proveniente da mesma, com bota fora e aterrado em local previamente determinado.
- Os executores da obra têm o dever e a responsabilidade de estabelecer as orientações e os procedimentos operacionais concernentes às atividades de segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e a proteção ao meio ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, comunidades, equipamentos, instalações e cumprir com a regulamentação ambiental em vigor. Para tanto, não deverá haver lançamentos de substâncias sólidas, semi-sólidas, líquidas, gasosas ou efluentes, sem a prévia análise de suas conseqüências referente aos impactos ao meio ambiente.
- Recomendações, instruções e especificações de fabricante de materiais e de especificações em sua aplicação.

ADEQUAÇÕES NECESSÁRIA PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA:

1. Verificar o sistema de bombeamento instalado (modelo/potência/profundidade) e tubulação edutora (material/diâmetro);
2. Adequação/construção de laje de proteção - fazer um contrapiso(cimentar/concretar) com dimensões mínimas de 1,0 x 1,0 x 0,15 m.
3. Revestimento deve ficar no mínimo 30 cm (0,3 m) acima da laje/solo. Readequar caso o mesmo esteja abaixo dessa altura;
4. Instalar tubo auxiliar medidor de nível (tubulação de ½" de pvc), instalada na boca do poço até a profundidade da bomba (tem função de medir nível da água do poço);
5. Realizar teste de bombeamento/vazão (padrão DRHS – 24 horas), com registro fotográfico.
6. Verificar situação do hidrômetro instalado.
7. Análise completa água* Padrão Outorga/SEMA-DRH.
8. Instalação de dosador de cloro compatível;
9. Elaboração de memorial de projeto/cálculos, perfil geológico/construtivo, além de outras informações pertinentes a solicitação da regularização/outorga, através da plataforma SIOUT-DRH/SEMA – para tal, deverá ser contratado profissional/empresa habilitada (eng. de minas/geólogo).

Tais adequações foram definidas conforme situação atual do poço (janeiro 2024).

REGULARIZAÇÃO OUTORGA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Tapejara-RS

LINHA MARCOLIN – DE PAULA II

Elaborado pelo Eng. De Minas – Carlos Eduardo Ritter Deitos
CREA RS 194011

Tapejara-RS, FEVEREIRO de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência define os critérios técnicos para a regularização de um (01) poço tubular profundo existente na Localidade de LINHA MARCOLIN – DE PAULA II, zona rural do município de Tapejara/RS, a fim de atender uma demanda de 10 famílias/residências, sendo que as atividades a serem realizadas devem seguir o que estabelece a NBR 12.212:1992 – Projeto de poço para captação de água subterrânea, além de atender as atuais exigências do DRHS/SEMA – Manual do Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul – SIOUT RS, no qual estão especificadas orientações sobre a regularização de poços tubulares.

O poço já se encontra perfurado e possui as seguintes características disponíveis:

Localidade	Linha Marcolin – De Paula II
Referência	JOHNNY ZOPPAS
Coordenada	28° 3'14.11"S, 52° 0'55.78"O
Profundidade e diâmetro	80 m (em 6")
Revestimento	12 m – 6" (Galvanizado)
Cadastro SIOUT	2024/002.896-1

CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

- Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativo a materiais, segurança, proteção, instalação do canteiro de obras e demais aspectos das construções.
- Os canteiros das obras deverão estar bem nivelados, planejados com a localização de materiais, áreas de serviços e acessos. Antes do início da execução dos serviços, todo o terreno deverá ser limpo, capinado, isento de entulho e de quaisquer outros materiais que impeçam o desenvolvimento dos mesmos.
- As ligações provisórias de água e luz, durante o tempo de permanência dos trabalhos, que se fizerem necessárias, existindo estes serviços nestes locais, deverão obedecer às normas de utilização pertinentes às concessionárias. Os contatos com as concessionárias locais, serão mantidos pelos executores da obra.
- Todas as taxas e emolumentos relativos aos serviços a serem executados serão de responsabilidade dos executores da obra.
- A obra será entregue totalmente limpa e, com a remoção do entulho proveniente da mesma, com bota fora e aterrado em local previamente determinado.
- Os executores da obra têm o dever e a responsabilidade de estabelecer as orientações e os procedimentos operacionais concernentes às atividades de segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e a proteção ao meio ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, comunidades, equipamentos, instalações e cumprir com a regulamentação ambiental em vigor. Para tanto, não deverá haver lançamentos de substâncias sólidas, semi-sólidas, líquidas, gasosas ou efluentes, sem a prévia análise de suas conseqüências referente aos impactos ao meio ambiente.
- Recomendações, instruções e especificações de fabricante de materiais e de especificações em sua aplicação.

ADEQUAÇÕES NECESSÁRIA PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA:

1. Verificar profundidade do poço e verificar/definir sistema de bombeamento a ser instalado (modelo/potência/profundidade) e tubulação edutora (material/diâmetro);
2. Adequação/construção de laje de proteção - fazer um contrapiso(cimentar/concretar) com dimensões mínimas de 1,0 x 1,0 x 0,15 m.
3. Revestimento deve ficar no mínimo 30 cm (0,3 m) acima da laje/solo. Readequar caso o mesmo esteja abaixo dessa altura;
4. Instalar tubo auxiliar medidor de nível (tubulação de ½” de pvc), instalada na boca do poço até a profundidade da bomba (tem função de medir nível da água do poço);
5. Realizar teste de bombeamento/vazão (padrão DRHS – 24 horas), com registro fotográfico.
6. Instalação de hidrômetro compatível com bomba instalada (estima-se equipamento com Qn 5 m³/h);
7. Verificar situação do cercado de proteção – dimensões recomendadas mínimas de 1,5 x 1,5 x 1,30 m.
8. Análise completa água* Padrão Outorga/SEMA-DRH.
9. Instalação de dosador de cloro compatível;
10. Elaboração de memorial de projeto/cálculos, perfil geológico/construtivo, além de outras informações pertinentes a solicitação da regularização/outorga, através da plataforma SIOUT-DRH/SEMA – para tal, deverá ser contratado profissional/empresa habilitada (eng. de minas/geólogo).

Tais adequações foram definidas conforme situação atual do poço (janeiro 2024).

REGULARIZAÇÃO OUTORGA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Tapejara-RS

LINHA SANTA RITA

Elaborado pelo Eng. De Minas – Carlos Eduardo Ritter Deitos
CREA RS 194011

Tapejara-RS, FEVEREIRO de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência define os critérios técnicos para a regularização de um (01) poço tubular profundo existente na Localidade de Santa Rita, zona rural do município de Tapejara/RS, a fim de atender uma demanda de 9 famílias/residências, sendo que as atividades a serem realizadas devem seguir o que estabelece a NBR 12.212:1992 – Projeto de poço para captação de água subterrânea, além de atender as atuais exigências do DRHS/SEMA – Manual do Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul – SIOUT RS, no qual estão especificadas orientações sobre a regularização de poços tubulares.

O poço já se encontra perfurado e possui as seguintes características disponíveis:

Localidade	Santa Rita
Referência	Capela
Coordenada	28° 3'39.39"S ; 52° 4'9.39"O
Profundidade e diâmetro	80 m (em 6") – bomba instalada em 76 m
Revestimento	12 m – 6" (Galvanizado)
Cadastro SIOUT	2024/002.428-1

CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

- Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativo a materiais, segurança, proteção, instalação do canteiro de obras e demais aspectos das construções.
- Os canteiros das obras deverão estar bem nivelados, planejados com a localização de materiais, áreas de serviços e acessos. Antes do início da execução dos serviços, todo o terreno deverá ser limpo, capinado, isento de entulho e de quaisquer outros materiais que impeçam o desenvolvimento dos mesmos.
- As ligações provisórias de água e luz, durante o tempo de permanência dos trabalhos, que se fizerem necessárias, existindo estes serviços nestes locais, deverão obedecer às normas de utilização pertinentes às concessionárias. Os contatos com as concessionárias locais, serão mantidos pelos executores da obra.
- Todas as taxas e emolumentos relativos aos serviços a serem executados serão de responsabilidade dos executores da obra.
- A obra será entregue totalmente limpa e, com a remoção do entulho proveniente da mesma, com bota fora e aterrado em local previamente determinado.
- Os executores da obra têm o dever e a responsabilidade de estabelecer as orientações e os procedimentos operacionais concernentes às atividades de segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e a proteção ao meio ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, comunidades, equipamentos, instalações e cumprir com a regulamentação ambiental em vigor. Para tanto, não deverá haver lançamentos de substâncias sólidas, semi-sólidas, líquidas, gasosas ou efluentes, sem a prévia análise de suas conseqüências referente aos impactos ao meio ambiente.
- Recomendações, instruções e especificações de fabricante de materiais e de especificações em sua aplicação.

ADEQUAÇÕES NECESSÁRIA PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA:

1. Verificar profundidade de poço (perfil construtivo) e sistema de bombeamento instalado (modelo/potência/profundidade) e tubulação edutora (material/diâmetro);
2. Revestimento deve ficar no mínimo 30 cm (0,3 m) acima da laje/solo. Readequar caso o mesmo esteja abaixo dessa altura;
3. Instalar tubo auxiliar medidor de nível (tubulação de ½” de pvc), instalada na boca do poço até a profundidade da bomba (tem função de medir nível da água do poço);
4. Realizar teste de bombeamento/vazão (padrão DRHS – 24 horas), com registro fotográfico.
5. Instalação de hidrômetro compatível com bomba instalada (estima-se equipamento com Qn 5 m³/h)
6. Análise completa água* Padrão Outorga/SEMA-DRH.
7. Instalação de dosador de cloro compatível;
8. Elaboração de memorial de projeto/cálculos, perfil geológico/construtivo, além de outras informações pertinentes a solicitação da regularização/outorga, através da plataforma SIOUT-DRH/SEMA – para tal, deverá ser contratado profissional/empresa habilitada (eng. de minas/geólogo).

Tais adequações foram definidas conforme situação atual do poço (janeiro 2024).

REGULARIZAÇÃO OUTORGA DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

TERMO DE REFERÊNCIA



Prefeitura Municipal de Tapejara-RS

LINHA SÃO BRÁS

Elaborado pelo Eng. De Minas – Carlos Eduardo Ritter Deitos
CREA RS 194011

Tapejara-RS, FEVEREIRO de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência define os critérios técnicos para a regularização de um (01) poço tubular profundo existente na Localidade de São Brás, zona rural do município de Tapejara/RS, a fim de atender uma demanda de 9 famílias/residências, sendo que as atividades a serem realizadas devem seguir o que estabelece a NBR 12.212:1992 – Projeto de poço para captação de água subterrânea, além de atender as atuais exigências do DRHS/SEMA – Manual do Sistema de Outorga do Rio Grande do Sul – SIOUT RS, no qual estão especificadas orientações sobre a regularização de poços tubulares.

O poço já se encontra perfurado e possui as seguintes características disponíveis:

Localidade	São Brás
Referência	Ademir Zanatta
Coordenada	28° 6'29.00"S, 51°57'3.18"O
Profundidade e diâmetro	86 m (em 6”) – estima-se bomba instalada em 50 m
Revestimento	18 m – 6” (Galvanizado)
Cadastro SIOUT	2024/002.430-1

CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS

A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, em todos os pormenores, aos seguintes itens:

- Dispositivos aplicáveis da Legislação vigente (Federal, Estadual ou Municipal), relativo a materiais, segurança, proteção, instalação do canteiro de obras e demais aspectos das construções.
- Os canteiros das obras deverão estar bem nivelados, planejados com a localização de materiais, áreas de serviços e acessos. Antes do início da execução dos serviços, todo o terreno deverá ser limpo, capinado, isento de entulho e de quaisquer outros materiais que impeçam o desenvolvimento dos mesmos.
- As ligações provisórias de água e luz, durante o tempo de permanência dos trabalhos, que se fizerem necessárias, existindo estes serviços nestes locais, deverão obedecer às normas de utilização pertinentes às concessionárias. Os contatos com as concessionárias locais, serão mantidos pelos executores da obra.
- Todas as taxas e emolumentos relativos aos serviços a serem executados serão de responsabilidade dos executores da obra.
- A obra será entregue totalmente limpa e, com a remoção do entulho proveniente da mesma, com bota fora e aterrado em local previamente determinado.
- Os executores da obra têm o dever e a responsabilidade de estabelecer as orientações e os procedimentos operacionais concernentes às atividades de segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores e a proteção ao meio ambiente, que devem ser cumpridas, com o objetivo de proteger pessoas, comunidades, equipamentos, instalações e cumprir com a regulamentação ambiental em vigor. Para tanto, não deverá haver lançamentos de substâncias sólidas, semi-sólidas, líquidas, gasosas ou efluentes, sem a prévia análise de suas conseqüências referente aos impactos ao meio ambiente.
- Recomendações, instruções e especificações de fabricante de materiais e de especificações em sua aplicação.

ADEQUAÇÕES NECESSÁRIA PARA SOLICITAÇÃO DE OUTORGA:

1. Verificar o sistema de bombeamento instalado (modelo/potência/profundidade) e tubulação edutora (material/diâmetro);
2. Instalar tubo auxiliar medidor de nível (tubulação de ½” de pvc), instalada na boca do poço até a profundidade da bomba (tem função de medir nível da água do poço);
3. Realizar teste de bombeamento/vazão (padrão DRHS – 24 horas), com registro fotográfico.
4. Instalação de hidrômetro compatível com bomba instalada (estima-se equipamento com Qn 10 m³/h)
5. Análise completa água* Padrão Outorga/SEMA-DRH.
6. Instalação de dosador de cloro compatível;
7. Elaboração de memorial de projeto/cálculos, perfil geológico/construtivo, além de outras informações pertinentes a solicitação da regularização/outorga, através da plataforma SIOUT-DRH/SEMA – para tal, deverá ser contratado profissional/empresa habilitada (eng. de minas/geólogo).

Tais adequações foram definidas conforme situação atual do poço (janeiro 2024).